

1 – OBJETO

Contratação de empresa especializada em prestação de serviço continuado, com entregas semestrais, de análise da qualidade do ar, nas dependências da filial da DATAPREV Paraíba, conforme as condições dispostas neste Termo de Referência, por um período de 60 meses.

2 – HABILITAÇÃO TÉCNICA

São requisitos de habilitação técnica a serem atendidos pela CONTRATADA:

2.1 – Comprovação de registro ou inscrição da empresa e seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Química (CRQ) ou Conselho Regional de Biologia (CRB) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Farmácia (CRF), ou outro Conselho a quem a lei atribua competência para o registro dos profissionais e das empresas que atuam no ramo de atividade pertinente ao objeto deste certame. O registro deve conter habilitação no ramo de atividade Química ou Biologia ou Engenharia Química ou Farmácia, ou outra habilitação que a legislação permitir, desde que comprovado pela empresa.

2.2 – Apresentar atestado de capacidade técnica operacional da licitante, em papel timbrado do emitente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução bem-sucedida de serviços similares ao objeto desta licitação.

2.3 – Comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) possui(em) vínculo jurídico com a empresa concorrente, através, por exemplo, de Contrato de prestação de serviço ou, no caso de empregado(s) pertencente(s) ao quadro de empregados da concorrente, da carteira de trabalho, ou quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa concorrente, tal comprovação será realizada mediante a apresentação do Contrato Social ou Certidão da Junta Comercial ou Ato Constitutivo devidamente atualizado. A comprovação de vínculo poderá se dar, ainda, por declaração de contratação futura de profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

2.4 – Atestado de Visita (modelo no ANEXO IV) ao local onde serão executados os serviços, fornecido e assinado por um funcionário da DATAPREV, bem como por representante da empresa concorrente, quando deverão ser cuidadosamente levantados e avaliados pelas concorrentes todos os detalhes técnicos e as respectivas interferências na exequibilidade dos serviços, dirimindo oportunamente todas as dúvidas, inclusive para fins de orçamento.

2.4.1 – As licitantes que desejarem realizar as visitas técnicas, deverão contatar a DATAPREV para marcar data e hora da visita de seus representantes às instalações, conforme segue:

– Ricardo Alves Temoteo Tel. (83) 3567-2126, ricardo.temoteo@dataprev.gov.br

2.4.2 – Os Atestados de Visitas poderão ser substituídos por declaração (modelo no ANEXO V) da proponente que não alegará, sob qualquer hipótese, impedimento para a execução do objeto decorrente de dificuldades técnicas não conhecidas.



Documento assinado eletronicamente por ARTHUR DE SOUZA GOMES, DALIL MADY FILHO e outros...
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
<http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml>
Informando o código de verificação qX1GvLBw e o contra código XeILR2EI

3 – DOS PRAZOS DOS SERVIÇOS

3.1 – O prazo de vigência contratual e o prazo de execução dos serviços é de 60 meses, contados da assinatura do Contrato / Pedido de Compra.

3.2 – A execução dos serviços, objeto desta contratação, será realizada semestralmente, onde o semestre contratual inicia-se na data da assinatura do Contrato / Pedido de Compra.

3.3 – A coleta do ar para análise deve ocorrer dentro do prazo de 1 (um) mês inicial de cada semestre contratual.

3.4 – A entrega do relatório ao Fiscal do Contrato / Pedido de Compra, deve ocorrer dentro do prazo de 1 (um) mês subsequente ao término da coleta de ar.

4 – GARANTIA

4.1 – Nos casos de imperfeições ou imperícia dos serviços, estes deverão ser refeitos ou reparados, sem ônus adicional para a DATAPREV e sem prejuízo das responsabilidades cabíveis, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da conclusão de cada serviço.

4.2 – Quando o serviço de garantia cair fora do prazo de vigência, valerão os prazos do CDC – Código de Defesa do Consumidor (LEI Nº 8.078, DE 1990).

5 – LOCAL

5.1 – Os serviços especificados neste Termo de Referência deverão ser executados nas dependências do imóvel ocupado pela DATAPREV Paraíba, situado na Avenida Getúlio Vargas, 47, Centro, João Pessoa/PB.

6 – DATAS E HORÁRIOS

6.1 – Os serviços poderão ser executados em dias úteis, de acordo com autorização da fiscalização da DATAPREV.

6.2 – A CONTRATADA deve solicitar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ao gestor do contrato, autorização para acesso do seu pessoal à DATAPREV, a fim de executar serviços programados nos finais de semana ou fora do horário comercial, informando o nome, número de identidade, o motivo e o período de permanência nas instalações.

7 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – Ter responsável técnico pela execução dos serviços, que assuma, inclusive, a responsabilidade de deliberar sobre qualquer determinação que se torne necessária.

7.2 – Executar os serviços sem que estes interfiram no bom funcionamento da DATAPREV. Sempre que necessário, será contatada a fiscalização, para compatibilização dos serviços com os trabalhos da DATAPREV.



7.3 – Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela DATAPREV referente aos serviços executados.

7.4 – Dar ciência imediata a DATAPREV, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

7.5 – Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela DATAPREV quanto à execução dos serviços contratados, sem ônus à DATAPREV.

7.6 – Informar previamente a identificação dos funcionários que prestarão qualquer dos serviços contratados nas dependências da DATAPREV.

7.7 – Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo a DATAPREV qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer.

7.8 – A CONTRATADA é responsável para os casos de:

- Imperfeição, insegurança ou falta de solidez nos serviços executados.
- Emprego de ferramentas e equipamentos inadequados, incluindo os de segurança individual.
- Acidentes de seus funcionários, empregados da DATAPREV ou mesmo terceiros, quando da execução dos serviços.
- Inobservância de leis, regulamentos ou postura.
- Não pagamento de encargos trabalhistas, sociais e tributários.

7.9 – Apresentar, durante a fase de habilitação, orçamento discriminado, com preços parciais por item de serviço, contendo exatamente os itens/subitens, as discriminações e as unidades da planilha padrão DATAPREV (ANEXOS II e III).

7.10 – Apresentar, no prazo de 10 dias úteis após a assinatura do contrato, comprovação de regularidade da empresa licitante e seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional, dentro da validade, na forma da Lei nº 5.194/66, em atendimento à legislação vigente.

7.11 – Serão exigidos da empresa CONTRATADA conformidade com a base legal de proteção de dados e nível de segurança adequados à classificação das informações que serão tratadas durante a execução do contrato.

7.12 – As empresas deverão providenciar a celebração do Termo de Sigilo e Privacidade Vinculada ao Contrato, conforme modelo disposto no ANEXO VI – TSPC.

7.13 – Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deve observar os valores éticos e organizacionais do Código de Conduta Ética e Integridade da DATAPREV e da legislação vigente (Normas e Códigos da DATAPREV serão disponibilizados após a contratação).



8 – OBRIGAÇÕES DA DATAPREV

8.1 – Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência em desacordo com o cumprimento das obrigações assumidas.

8.2 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA para a perfeita execução do objeto desta contratação.

8.3 – Formalizar o recebimento ou a rejeição dos serviços dentro dos prazos estabelecidos.

8.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, por profissional especialmente designado.

8.5 – Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, às instalações da Empresa, onde estejam sendo realizados os serviços contratados.

8.6 – Exigir da empresa contratada conformidade com a base legal de proteção de dados e nível de segurança adequados à classificação das informações que serão tratadas durante a execução do contrato.

8.7 – Recepcionar orientações quanto ao tratamento de dados pessoais a que tenham acesso ou contato na execução de suas atividades.

9 – PAGAMENTO

9.1 – O documento de cobrança (nota fiscal/fatura) deverá ser enviado eletronicamente via e-mail ou em papel à Divisão de Gestão de Ambientes PB – DGPPB, localizada no imóvel situado na Avenida Getúlio Vargas, 47, Centro, João Pessoa/PB, após o recebimento do Relatório de Medição emitido pela área de Gestão Administrativa.

9.2 – O pagamento à CONTRATADA será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura pelo Fiscal da DATAPREV no valor correspondente aos serviços efetivamente executados.

9.3 – O prazo de pagamento será suspenso se os serviços forem rejeitados, se houver pendência de documentação ou qualquer obrigação contratual, sendo garantido à CONTRATADA o direito ao exercício da ampla defesa e do contraditório.

10 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1 – Gestor e fiscal técnico: Divisão de Gestão de Ambientes PB – DGPPB.

10.2 – Gestor administrativo: Divisão de Gestão de Ambientes PB – DGPPB.

10.3 – Os representantes da CONTRATADA reportar-se-ão diretamente aos fiscais da DATAPREV, ou a outro funcionário por ele designado.



10.4 – O serviço contratado estará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização pela DATAPREV na verificação do cumprimento integral do objeto contratado.

10.5 – No caso de irregularidades ou não aceitação do serviço realizado, a CONTRATADA deverá sanar o problema dentro do prazo estabelecido de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da confirmação do recebimento pelo destinatário.

10.6 – A CONTRATADA deve retirar do local dos serviços, nos termos da notificação da fiscalização da DATAPREV, qualquer funcionário que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da fiscalização.

11 – PENALIDADES

11.1 – Nos casos de descumprimento de qualquer item deste Termo, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, advertência verbal, advertência por escrito ou multa de 10% (dez por cento), calculados sobre o valor semestral do Contrato / Pedido de Compra.

11.2 – Será aplicada multa de 1% (um por cento) por dia (corrido) de atraso na entrega dos serviços, documentação ou descumprimento das demais cláusulas contratuais, de acordo com critérios de razoabilidade e proporcionalidade, até o valor máximo de 10% (dez por cento), calculados sobre o valor semestral do Contrato / Pedido de Compra.

11.3 – A DATAPREV poderá promover a rescisão contratual, conforme legislação vigente.

11.4 – O atraso injustificado por mais de 30 dias na entrega dos serviços, configura inexecução total do Contrato / Pedido de Compra, sendo passível de rescisão unilateral do mesmo.

11.5 – Na aplicação de qualquer das penalidades, está garantido à CONTRATADA o direito de apresentar defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia seguinte à confirmação de recebimento da notificação de penalidade, cabendo à DATAPREV a decisão final sobre o deferimento ou indeferimento da defesa prévia.

11.6 – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a DATAPREV, por prazo não superior a 02 (dois) anos, a ser fixado no ato da suspensão, quando da inexecução total ou parcial do Contrato / Pedido de Compra, conforme legislação vigente.

12 – GENERALIDADES

12.1 – A DATAPREV se reservará no direito de efetuar diligência no que julgar conveniente.

12.2 – No caso de acréscimos ou supressões de serviços constantes do Orçamento Detalhado – ANEXOS II e III, serão adotados os seus preços unitários.

12.3 – O Contrato / Pedido de Compra poderá ser alterado, conforme legislação vigente.

12.4 – Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas e responsabilidades referentes aos custos acessórios, fornecimento de material, insumos, ferramentas e equipamentos

5/8



Documento assinado eletronicamente por ARTHUR DE SOUZA GOMES, DALIL MADY FILHO e outros...
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
<http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml>
Informando o código de verificação qX1GvLBw e o contra código XeILR2EI

necessários à sua perfeita execução dos serviços, sejam eles impostos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, taxas, fretes, seguros, transporte de pessoal e de materiais e quaisquer outros que incidam sobre o objeto contratado.

12.5 – Sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a CONTRATADA poderá, durante a execução do contrato, subcontratar partes do serviço em até 50% (cinquenta por cento) do valor global do contrato, nos termos da Legislação Vigente, sendo vedada a subcontratação total do objeto, sob pena de rescisão do Contrato / Pedido de Compra. É vedada a subcontratação dos segmentos de atividades cuja comprovação da Habilitação Técnica tenha sido requerida. A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito e, somente após a aprovação do Fiscal do Contrato, os serviços a serem realizados pela subcontratada poderão ser iniciados.

12.6 – A proposta de orçamento deve conter os seguintes itens:

- Papel timbrado da empresa.
- Dados da empresa (Nome, CNPJ, Endereço completo).
- Dados para contato (Nomes, telefones, e-mail).
- Prazo de validade da proposta.
- Orçamento discriminado, com quantidades e preços unitários sob a responsabilidade da CONTRATADA, utilizando-se a planilha de preços proposta pela DATAPREV (ANEXO II e III).

13 – ANEXOS

ANEXO I – Especificação do Objeto.

ANEXO II – Planilha de Preços.

ANEXO III – Planilha de BDI.

ANEXO IV – Atestado de visita.

ANEXO V – Declaração de Substituição do Atestado de Visita.

ANEXO VI – Termo de Sigilo e Privacidade Vinculada ao Contrato.





Assinado digitalmente por:

Dalil Mady Filho (Aprovador)
Arthur de Souza Gomes (Aprovador)
Fernando Lopes do Nascimento (Elaborador)

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1 – REUNIÃO DE PLANEJAMENTO

A CONTRATADA deverá se reunir com o fiscal da DATAPREV, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do Contrato / Pedido de Compras, para:

- Apresentar as características dos serviços a serem executados, e esclarecer eventuais dúvidas.
- Indicar formalmente um funcionário da CONTRATADA para comunicação com o fiscal da DATAPREV.
- Apresentar o cronograma físico representando as datas e horários de execução dos serviços.
- Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente ao objeto contratado, se esta for prevista na legislação vigente.

2 – PONTOS DE ANÁLISE

As análises da qualidade do ar, semestral, serão dos seguintes pontos:

- 8 (oito) pontos internos dentro da área climatizada.
- 1 (um) ponto externo.

A localização dos pontos será indicada pelo fiscal do Contrato da DATAPREV.

A quantidade de pontos internos foi definida considerando-se a área construída climatizada dentro da edificação, 3.068 m², e a tabela seguinte:

Área construída (m ²)	Número mínimo de amostras
Até 1.000	1
1.000 a 2.000	3
2.000 a 3.000	5
3.000 a 5.000	8
5.000 a 10.000	12
10.000 a 15.000	15
15.000 a 20.000	18
20.000 a 30.000	21
Acima de 30.000	25

3 – NORMAS ADOTADAS

A CONTRATADA deverá efetuar a coleta das amostras de ar e os procedimentos para análise da qualidade do ar ambiental conforme descritos nas normas técnicas 001, 002, 003 e 004, da Resolução ANVISA RE nº 9, de 16 de Janeiro de 2003, e demais normas pertinentes na legislação vigente, conforme condições, quantidades e exigências específicas do objeto deste trabalho.

4 – RELATÓRIO TÉCNICO

4.1 – A CONTRATADA deverá elaborar um relatório técnico, semestralmente, em cada entrega semestral, sobre a análise da qualidade do ar, conforme os procedimentos descritos na NBR 10.719 da ABNT, referente aos procedimentos descritos nas normas técnicas 001, 002, 003 e 004, supracitadas. O relatório deverá ser entregue em via digital.

4.2 – Ocorrendo, em qualquer ponto, um parâmetro fora dos limites estabelecidos na Resolução 9 de 2003, a empresa CONTRATADA poderá realizar uma análise de contraprova deste ponto, no prazo de 30 (trinta) dias corridos. Este serviço de contraprova somente será realizado, e consequentemente pago, após autorização da fiscalização da DATAPREV.



ANEXO II – PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO (PONTOS DE ANÁLISE)	UNIT	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR SEMESTRAL (R\$)	VALOR TOTAL 60 MESES (R\$)
			A	B	C = A x B	D = C x 10
1	Ponto interno	un	8		0,00	0,00
2	Ponto externo	un	1		0,00	0,00
3	Ponto interno de contraprova	un	1		0,00	0,00
4	Ponto externo de contraprova	un	1		0,00	0,00
TOTAL SEM BDI					0,00	0,00
PARCELA DO BDI				0,00%	0,00	0,00
GLOBAL COM BDI					0,00	0,00

Obs.: Deve-se preencher somente os campos em amarelo, os demais serão preenchidos automaticamente.

ANEXO III – Planilha Analítica do BDI

ITEM	DESCRIÇÃO	SIGLA	TAXA (%)
1	Administração Central	AC	
2	Despesas Financeiras	DF	
3	Lucro	L	
4	ISS	T	
5	COFINS	T	
6	PIS	T	
7	CPRB	T	
8	Seguros	O	
9	Riscos	O	
BDI			0,00%

Observações:

1) É VEDADA A INCLUSÃO DE PARCELAS RELATIVAS AO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL) NAS PARCELAS DO BDI.

2) A LINHA "CPRB" DEVE SER PREENCHIDA PELOS OPTANTES ENQUADRADOS NA LEI FEDERAL nº 12.546/2011.

3) O PREENCHIMENTO DESTA PLANILHA É OBRIGATÓRIO, SOB PENA DE INABILITAÇÃO DA PROPOSTA.

4) OS AJUSTES DOS ITENS QUE COMPÕEM O BDI SÃO PERMITIDOS, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE CADA LICITANTE, DESDE QUE NÃO CONTRARIE NENHUM DISPOSITIVO DO EDITAL OU DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

5) FÓRMULA DA TAXA DO BDI:

$$BDI = \frac{(1 + AC + O) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - T)} - 1 = X \%$$

Obs.: Deve-se preencher somente os campos em amarelo, os demais serão preenchidos automaticamente.

ANEXO IV – ATESTADO DE VISITA

Atestamos, para fins de participação no processo de **contratação do serviço de análise da qualidade do ar** na filial da DATAPREV Paraíba, situado na Avenida Getúlio Vargas, 47, Centro, João Pessoa/PB, que a empresa, através do seu representante abaixo identificado, compareceu à Visita Técnica no local de fornecimento do material acima referenciado, levantando todas as informações que possam afetar o fornecimento, custo e prazo.

Paraíba, ____ de _____ de 2022

DATAPREV

Nome: _____

VISITANTE

Nome: _____

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DO ATESTADO DE VISITA

Eu, , CPF: , na condição de representante da empresa com razão social: , CNPJ: , atesto, para fins de participação no processo de **contratação do serviço de análise da qualidade do ar** na filial da DATAPREV Paraíba, situado na Avenida Getúlio Vargas, 47, Centro, João Pessoa/PB, que a Empresa, através de seus representantes, **não** realizou a visita técnica ao local do fornecimento, e se responsabiliza por todas as condições e informações que possam afetar o fornecimento, custo e prazo.

Paraíba, ____ de _____ de 2022

Assinatura

Nome



ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO N°
PROCESSO N°

TERMO DE SIGILO E PRIVACIDADE VINCULADO AOS CONTRATOS

Cláusula Primeira – OBJETO

Constitui objeto deste Termo o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela contratada, doravante denominada **PARTE RECEPTORA**, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela contratante, doravante denominada **PARTE REVELADORA**, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do Contrato Principal celebrado entre as partes.

Cláusula Segunda - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1 - Para os efeitos deste TERMO aplicam-se os seguintes termos e definições:

2.1.1 - Confidencialidade ou Sigilo

Propriedade de que a informação não seja revelada a pessoa física, sistema, órgão ou entidade não autorizadas e credenciadas.

2.1.2 - Contrato de trabalho ou Contrato principal

Contrato celebrado entre as partes, ao qual este Termo de Sigilo se vincula.

2.1.3 - Dado pessoal

Informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável (Lei n° 13.709/2018).

2.1.4 - Dado pessoal sensível

Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

2.1.5 - Informação

Conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

2.1.6 - Informação de acesso restrito

Aquelas que estão submetidas temporariamente à restrição de acesso público.

2.1.7 - Informação sigilosa

Aquelas que estão submetidas à restrição de acesso público, cujo conhecimento e divulgação estão regidos por esse instrumento.

2.1.8 - Informações de acesso restrito, sigilosas por legislação específica (não exaustivas):

I. Hipóteses de sigilo aplicáveis a informações de natureza patrimonial:

Segredo industrial (L. 9.279/1996);

Direito autoral (L. 9.610/1998); e

Propriedade intelectual de Software (L. 9.609/1998).

II. Hipóteses de sigilo decorrentes de direitos de personalidade:

Sigilo Fiscal (Art. 198 da Lei nº 5.172/196);

Sigilo bancário (Art. 1º da Lc nº 105/2001);

Sigilo Comercial (§2º do art. 155 da Lei nº 6.404/1976);

Sigilo Empresarial (Art. 169 da Lei nº 11.101/2005); e

Sigilo Contábil (Art. 1.190 e 1.191 da Lei nº 5.869/1973).

III. Hipóteses de sigilo decorrentes de processos e procedimentos:

Sigilo de inquérito policial (Art. 20 da Lei nº 3.689/1941);

Segredo de justiça no processo civil (Art. 155 da Lei nº 5.869/1973); e

Segredo de justiça no processo penal (§6º do art. 201 da Lei nº 3.689/1941).

2.1.9 - Necessidade de conhecer

Condição pessoal inerente à função ou atividade, indispensável para que o colaborador tenha acesso a dados ou informações classificadas. De acordo com este princípio, os colaboradores só devem ter acesso às informações necessárias para o desenvolvimento de suas atividades dentro da empresa.

2.1.10 - Tratamento ou processamento de dados pessoais

Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Cláusula Terceira - INFORMAÇÕES SIGILOSAS

§1º Serão consideradas como informações sigilosas, toda e qualquer informação, revelada a outra parte por razão da execução do contrato, contendo ou não marcação ou rótulo de grau de sigilo. O termo "informação" abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando, a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras

de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da contratante e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao Contrato Principal, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelos seus empregados, a **PARTE RECEPTORA** venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do Contrato Principal celebrado entre as partes.

§2º A PARTE RECEPTORA compromete-se a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do Contrato Principal.

§3º As estipulações e obrigações contidas neste Termo não serão aplicadas a qualquer informação que seja comprovadamente de domínio público, exceto se decorrer de ato ou omissão do beneficiado ou tenha sido comprovada e legitimamente recebida de terceiros, estranhos ao presente instrumento ou ainda informações resultantes de pesquisa pelo beneficiado.

Cláusula Quarta - EXTENSÃO DA RESPONSABILIDADE

§1º A **PARTE RECEPTORA** se obriga a:

- a)** Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das informações sigilosas por seus agentes, representantes ou por terceiros; e
- b)** Comunicar à **PARTE REVELADORA** de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente.

Cláusula Quinta - DIREITOS E OBRIGAÇÕES

§1º A PARTE RECEPTORA se compromete e se obriga a utilizar a informação sigilosa revelada pela **PARTE REVELADORA** exclusivamente para os propósitos da execução do Contrato Principal, em conformidade com o disposto neste Termo.

§2º A PARTE RECEPTORA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da **PARTE REVELADORA**

- §3º A PARTE RECEPTORA** se compromete a obter o aceite formal dos funcionários que atuarão direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal sobre a existência deste Termo, bem como da natureza sigilosa das informações, a instruir sobre as formas de tratamento das informações a que terão acesso, e dar ciência à **PARTE REVELADORA** dos documentos comprobatórios quando solicitado.
- §4º A PARTE RECEPTORA** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa, bem como para evitar e prevenir a revelação a terceiros.
- §5º A PARTE RECEPTORA** deve adotar Política de Segurança de Informação que comprove o atendimento dos requisitos de sigilo e segurança definidos no âmbito do contrato.
- §6º A PARTE RECEPTORA** deverá, quando requerido pela **PARTE REVELADORA**, proceder com o imediato descarte de forma irreversível, incluindo todas e quaisquer cópias eventualmente existentes em qualquer suporte de todas as informações sigilosas sob sua custódia referentes ao contrato principal.

Cláusula Sexta - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- §1º** Ambas as partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, em qualquer formato ou suporte, cooperando mutuamente para observar e seguir a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- §2º** Necessidades de coleta de consentimento para outras finalidades deverão ser identificadas e correr sob responsabilidade da **PARTE REVELADORA**.
- §3º** São escopo de tratamento somente os dados pessoais indispensáveis para a execução do objetivo contratual, e conforme bases legais pré-estabelecidas e acordadas, cabendo à **PARTE RECEPTORA** observar estritamente a finalidade a que se destinam os dados pessoais a que venha a ter conhecimento
- §4º À PARTE RECEPTORA** é vedada qualquer forma de compartilhamento de dados pessoais com terceiros fora do âmbito do contrato.
- §5º** Ao término do contrato, a **PARTE RECEPTORA** deverá comprovar a cessação de acessos, uso e o descarte definitivo, conforme procedimentos a serem determinados pela **PARTE REVELADORA**
- §6º A PARTE RECEPTORA** adotará todas as medidas de segurança necessárias para impedir o acesso não autorizado, divulgação, alteração ou destruição não autorizada



dos dados pessoais, no que couber.

Cláusula Sétima - DISPOSIÇÕES GERAIS

§1º Surgindo divergências quanto à interpretação do acordo pactuado neste instrumento ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes ou, se constatados casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade e da economicidade.

§2º O disposto no presente Termo prevalecerá sempre em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Cláusula Oitava - DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Ao assinar o presente instrumento, a **PARTE RECEPTORA** manifesta sua concordância no sentido de que:

- a) O não exercício, por qualquer uma das Partes, de direitos assegurados neste instrumento não importará em renúncia aos mesmos, sendo considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito;
- b) Todas as condições, termos e obrigações ora constituídas serão regidas pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- c) O presente Termo somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;
- d) Teve acesso e compromete-se a seguir a Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC e o Código de Ética e Integridade, disponíveis no Portal da DATAPREV;
- e) Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a **PARTE RECEPTORA** não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste Termo de Sigilo, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- f) O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a **PARTE RECEPTORA**, serão incorporadas a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas; e
- g) Este Termo não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou



suas afiliadas, nem em obrigação de divulgar informações sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona - VIGÊNCIA

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de início das atividades pertinentes ao Contrato Principal, mantendo-se em vigor por prazo indeterminado, a não ser que haja disposição em contrário por escrito, estipulada pela **PARTE REVELADORA** mesmo após o término do Contrato Principal ao qual está vinculado.

_____ de _____ de 2022.

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV

PARTE RECEPTORA